



## Contingência do retorno às aulas e prevenção da COVID-19 em Moçambique

Cristiano Matsinhe  
CEA | UEM

### Resumo

O *objectivo* deste Policy Brief, elaborado com base em revisão bibliográfica e entrevistas com informantes chave, é contribuir nas reflexões críticas e determinação de parâmetros essenciais na estruturação de estratégias para a viabilização do retorno às aulas presenciais em contexto da COVID-19 e necessidade de observância de medidas de prevenção e mitigação que concorram para tornar o "ambiente escolar" menos suscetível à propagação de infecções em Moçambique.

Os *resultados* indicam que o anúncio presidencial sobre a contingência do retorno às aulas presenciais exacerbou a tensão social fervilhante, polarizado a sociedade entre os que são a favor e os que entendem que ainda não é o momento para o retorno às aulas presenciais de forma segura, com ambos polos apresentando fundamentos compreensíveis, informados por múltiplos pressupostos relevantes, tais como o curso da pandemia e os desafios estruturais para a implementação dos protocolos de prevenção e mitigação da COVID-19 nas escolas, conforme o estipulado pelos guiões e directrizes relevantes da OMS e do MISAU.

As *conclusões* destacam que apesar de a polarização de posições sobre o retorno às aulas centrar-se em questões relativas à preservação da estrutura económica e às fragilidades das infraestruturas escolares, há toda uma ênfase dialógica e de comunicação sobre a resposta nacional à pandemia que deve ser re-articulada e adequadamente disseminada de modo a engajar positivamente as diferentes constituências e a sociedade, como um todo, na compreensão das implicações sociais e económicas das opções e roteiros que o país pode adoptar de modo a viabilizar um retorno seguro às rotinas educacionais e produtivas, essenciais para a reprodução social. Nessa perspectiva, a deliberação sobre o retorno às aulas presenciais deve centrar-se na ponderação e implementação do que pode ser feito a curto, médio e longo prazos para assegurar que a retomada das actividades suspensas possa ser feita de forma segura e epidemiologicamente relevante, nas condições estruturais que caracterizam o país, salvaguardando os imperativos de protecção da saúde pública e redução das inequidades acesso à educação.

Entre as *recomendações* destaca-se: (1) Prosseguir com os investimentos de *melhoria das infraestruturas* escolares, com enfoque para o abastecimento de água, higiene, saneamento do meio e reestruturação das formas de ocupação de espaços no recinto escolar; (2) Sistematizar um *protocolo sanitário*, englobando os principais aspectos relativos a prevenção e mitigação da COVID-19 na comunidade escolar; (3) Sistematizar os ajustes necessários aos *protocolos pedagógicos* (currículo) para os diferentes níveis e subsistemas de ensino, considerando a adopção de ciclos de aprendizagem multianuais; (4) Estruturar as linhas gerais dos *protocolos operacionais e administrativos*, capitalizando das estruturas e fóruns de coordenação (des)centralizadas existentes; e, (5) Aprimorar *as estratégias de comunicação* sobre as transformações em curso no sector da educação (e outros sectores interconexos), visando tornar as escolas em ambientes menos susceptíveis à propagação da pandemia.

## Introdução

A pandemia da COVID-19, alterou radicalmente as dinâmicas socioeconómicas à escala mundial, suscitando a adopção de medidas não ortodoxas visando a prevenção e mitigação dos efeitos da sua rápida propagação.

Apesar de os países terem, pelo menos no início da pandemia, agido em bloco em função das interpretações sobre os postulados emitidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), salvo por notáveis exceções, ao longo do tempo, inscreveram no conjunto de medidas contextualmente tomadas para responder à ameaça que a COVID-19 representa à saúde pública arranjos e ponderações com implicações sectoriais variadas, o mesmo acontecendo em relação ao sector da educação.

Neste documento, analiso alguns dos pressupostos que informaram a decisão suspensão das aulas de modo geral, as experiências adaptativas adoptadas por Moçambique na administração das aulas à distância no contexto da COVID-19, a tensão social instituída após cerca de um semestre sem aulas presenciais e as questões a serem equacionadas para um retorno relativamente seguro ao regime de aulas presenciais.

## Metodologia

Esta análise baseia em revisão bibliográfica de documentos normativos sobre o Estado de Emergência (EE) decretado no contexto da implementação de medidas de reposta à COVID-19, legislação, documentos programáticos sobre educação e saúde em Moçambique (incluindo planos estratégicos sectoriais, planos operacionais, balanços e relatórios de actividades); inquéritos rápidos sobre a COVID-19; entrevistas pontuais com informantes-chave, reportagens jornalísticas divulgadas nos diversos media e resultados de debates públicos (webinars).

## Fundamentos para a suspensão das aulas presenciais

A suspensão das aulas presenciais, especialmente para o níveis primário e secundário no contexto da implementação das medidas emanadas pelos governos dos diferentes países no contexto do advento da COVID-19 e decretação de situações de excecionalidade ("Estado de Emergência", "Lockdown") assumiram, maioritariamente o formato de abrupta (também referida como atempada) interrupção das aulas (Moçambique, África do Sul, EUA e muitos outros países) assim que, por critérios específicos, foi reconhecido pelos Estados que a pandemia da COVID-19 tinha suficiente inserção para se assumir como factor de risco iminente e ameaça à saúde pública, estimulados pelas declarações da OMS que já havia indicado, no dia 11 de Março de 2020 que a COVID-19 já se qualificava como pandemia [WHO, 2020].

Em casos excepcionais, como a Suécia [The Local SE, 2020], que optou por seguir outra abordagem de domesticação da epidemia, a que se atribui uma ênfase na criação de imunidade de horda (de rebanho) [Randolph ; Barreiro, 2020], manteve as escolas abertas, exceptuando pelos níveis pré-escolar e universitário, procurando reforçar medidas de distanciamento físico e capitalização de oportunidades de implementação do roteiro curricular em espaços abertos.

Entre os países que optaram pela interrupção das aulas presenciais, alguns deles procuraram adoptar soluções alternativas, incluindo recurso a aulas virtuais (plataformas baseadas na internet, TV e até recurso a telefones celulares - ex.: WhatsApp) e, no caso de Moçambique, combinadas com distribuição de "fichas de estudo", embora não houve premissas orientadoras claras, implicando num diversificado espectro de adaptações e improvisos em consonância com os recursos tecnológicos acessíveis aos docentes e estudantes e famílias.

Enquanto uma avaliação robusta da experiência de substituição das aulas presenciais se materializa [O País, 29 de Abril de 2020] não me

parece excessivo assumir que na maior parte dos casos, os envolvidos experimentaram desafios adaptativos significativos, desde os professores que tinham que se ajustar ao acesso regular e uso funcional das TICs e o sentimento de estar a ser permanentemente escrutinados, na sua pedagogia, pelos pares e pelos encarregados de educação que podiam estar a acompanhar as aulas dos educandos, para além de uma baixa implantação de infraestruturas de TICs no país.

É relativamente consensual que, salvo por raras exceções, uma efectiva materialização da opção de leccionação remota precisaria de ser suportada por ajustes nos aparatos tecnológicos das famílias, das escolas, para além do facto de o curriculum, em si, ter que ser pontual ou amplamente readaptado para responder cabalmente a tal função.

Para o caso de Moçambique, além das limitações de disponibilidade tecnológica e acesso à internet ou tempo de antena de TV, a proposta de distribuição de fichas também mostrou-se problemática, seja pela concepção, pensada para engajar os encarregados no processo de recolha das fichas, o que mostrou-se impraticável, seja pela limitação de capacidade tecnológica e de insumo das escolas para reproduzir os materiais em quantidades, qualidade e tempos satisfatórios, ou mesmo pela indisponibilidade de muitos encarregados para assumir a tarefa de ir enfrentar filas nas escolas para recolher "fichas de estudo". A mudança de posicionamento do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) sobre esta matéria, reflecte bem a era de experimentação transformacional e organizativa das actividades rotineiras que a COVID-19 impôs ao sector da educação [RM, 25 de Maio de 2020].

O investimento na implementação de modalidades de continuação das aulas por via da Internet e/ou televisão, mais do que implicar no

esforço extraordinário de adaptação das instituições de ensino e dos docentes revelou o fosso tecnológico e social que separa algumas escolas privadas e públicas de uma considerável parte dos estudantes cujas condições socioeconómicas não permitem dispor da infraestrutura para materializar o desiderato de aceder a aulas virtuais (sem energia eléctrica, dispositivos tecnológicos - computador, telefone celular, 'tablet' e sem acesso instrumental à TV)<sup>1</sup> para além das condições ambientais e familiares que não concebem que crianças possam estar em casa a estudar em detrimento de estarem a realizar actividades domésticas e/ou outras actividades de geração de rendimentos (como negócios informais) especialmente numa conjuntura em considerável parte dos próprios pais e encarregados encontram-se numa situação de restrição das suas rotinas e limitações das suas capacidades de gerar renda e prover pela família.

Aparentemente, a opção de manter as crianças na escola, adoptada pela Suécia, teria sido informada pela percepção sobre o comportamento do coronavírus entre a população crianças/adolescentes, na medida em que se assumia que apesar de as crianças/adolescentes estarem igualmente afectadas pela COVID-19, teriam menos propensão para a sua transmissão do que os adultos e que os exemplos dos países que estavam em estado avançado da epidemia, não teriam registado clusters de infecção associadas às escolas<sup>2</sup>.

Além disso, a Suécia considerou-se como um país que tem uma alta proporção de famílias em que ambos parentes tem trabalho a tempo inteiro e que o encerramento das escolas seria muito mais disruptivo para as rotinas dos pais e do ritmo da economia, incluindo para os provedores de saúde com filhos menores. Na perspectiva do governo sueco:

and the Public Health Agency said that other countries at more advanced stages of the outbreak had not seen any virus clusters linked to schools", In: The Local SE, idem.

<sup>1</sup> De acordo com o UNICEF, apenas 6% das crianças tem acesso a Internet e 21% a TV [In TVM, Telejornal, 05.07.2020].

<sup>2</sup> "Studies suggest children are both affected by the virus and transmit it to a lesser extent than adults,

*"Não seria possível simplesmente encerrar as escolas sem saber para onde iriam os alunos, por razões sociais, psicológicas, pedagógicas mas também por razões epidemiológicas"* [Johan Carlson, Director Geral da Agência Nacional de Saúde Pública. In: The Local SE]

Nas circunstâncias descritas pelos estrategas de resposta sueca à pandemia da COVID-19, também se revelou impraticável deixar as crianças a cuidados dos avós pelo facto de esta epidemia afectar, de forma mais severa, a população idosa. Ainda assim, foi dada a opção de encerramento de escolas caso fosse necessário e, efectivamente, houve escolas que suspenderam as aulas presenciais, mas a maioria optou por prosseguir com as aulas presenciais, com ajustes preventivos acima referidos.

Entre os países que aderiram à abordagem de imediata suspensão das aulas presenciais, como Moçambique [Presidência da República de Moçambique, Decreto Presidencial 11/2020], mais por tabela ao processo generalizado de encerramento de todas as actividades consideradas "não essenciais", sem clareza sobre procedimentos a adoptar durante o período de encerramento das aulas presenciais (potenciando a ocorrência tensões no seio da comunidade escolar, como por exemplo o caso das discusões em torno do pagamento ou não das propinas), do que propriamente por uma ponderação particularizada sobre os eventuais efeitos e implicações da continuidade de certas actividades, o que também é compreensível para uma altura em que o conhecimento sobre o comportamento da pandemia era ainda menos sistematizada. Nestes contextos, a decisão de encerramento das aulas visava responder ao desiderato de "conformidade" com as decisões de completa suspensão das rotinas socioeconómicas, em observância aos famigerados decretos que instituíram os Estados de Emergência e os "Lock downs" mundo à fora.

O curso da pandemia, e o nível de conhecimento até aqui acumulado, mostra que não estarmos perto de solução clínica, seja em termos preventivos através da vacinas viáveis ou por soluções terapêuticas com qualquer medicamento até aqui conhecido e testado, não obstante as soluções paliativas existentes. Assim sendo, o enfoque nas soluções ambientais e socio-comportamentais sustenta-se como roteiro relativamente mais consistente para viabilizar parte das rotinas sociais, não como antes eram mas através da adoção ou revalorização de formas de estar referidas como "novo normal", implicando a readaptação social para conviver com a COVID-19. Entretanto, a busca do "novo normal" não deve ser pensada como um fim em si, mas como viés através do qual as sociedades tateiam os seus (des)caminhos em busca de formas de viabilização das dinâmicas socioeconómicas, em coexistência com um vírus do qual não se tem ainda medidas que o possam erradicar, senão controlar o seu ritmo de propagação.

A curta experiência histórica, a nível global e local, de implementação de medidas que possam viabilizar um certo tipo de normalização da vida, evidenciam que tal empreitada tem, em si mesmo, custos extremamente elevados em termos materiais, humanos e emocionais<sup>3</sup>, alguns dos quais vocalizados na senda de argumentos pró e contra o retorno às aulas presenciais, conforme o ilustrado nas secções subsequentes.

### Argumentos pró-retorno imediato às aulas presenciais

Independentemente das razões e opções de suspensão total e/ou parcial das aulas presenciais, há uma ampla aceitação de que a dinâmica socioeconómica incluindo a rotina escolar não pode/deve permanecer indeterminadamente suspensa, sendo de destacar os seguintes pontos como base de fundamentação:

<sup>3</sup> A reportagem da CNN sobre a Suécia, retrata o drama da perda humana e económica que assola aquele país [CNN, 18.07.2020].

1. Risco de levar à ruína o edifício socioeconómico, agravando as condições de vida das famílias e da sociedade como um todo, particularmente destacado no contexto da terceira declaração de prorrogação do EE por parte do Presidente da República, que realçou a importância de "acautelar o colapso da economia moçambicana" Presidência da República de Moçambique. Decreto Presidencial No. 21/2020, de 26 de Junho - que prorroga pela III vez o Estado de Emergência]<sup>4</sup>

2. A percepção de que o sistema educacional estaria sobre extrema pressão no ano subsequente, caso não se mantenha o ritmo de progressão de classe/nível e liberação de vagas para novos ingressos é amplamente vocalizada, chegando a recorrer-se à noção de "colapso do sistema de educação", parafraseando o que acontece/aconteceria caso não se adote medidas preventivas capazes de retardar o "pico da epidemia" ou influxo de doentes de COVID-19 em busca de serviços de saúde a ponto de este não mais poder responder à demanda. No caso da educação, alude-se a um possível "pico da falta de vagas" ou agravamento do congestionamento na entrada no sistema de ensino<sup>5</sup>. Na linha deste argumento, realça-se a necessidade de "fazer-se todos os esforços" para "salvar o ano"<sup>6</sup>, e manter um fluxo regular do ano lectivo passando pelo ajuste curricular e do calendário escolar.

3. Reconhecimento de que as limitações estruturais e de infraestruturas escolares dificilmente poderão ser radicalmente alteradas a curto e medio prazos, seja no perfil das escolas convencionais com infraestruturas degradadas e/ou disfuncionais e menos ainda para a situação

em que nem existem infraestruturas enquanto tal, com referência a situações em que o processo pedagógico realiza-se ao relento, nas ditas "árvores escola", existentes no que se designa "país real" em referência sobretudo às áreas rurais e periurbanas. Nestas circunstâncias não faria sentido protelar o retorno às aulas a espera de melhorias ou transformações infraestruturais que dificilmente poderão materializar-se, à curto prazo, dada a condição de pobreza estrutural e escassez de recurso que caracterizam o país e que seria mais sensato retornar imediatamente às aulas, até para evitar o agravamento das condições de vida conforme o referido no ponto um, acima.

4. No contexto moçambicano, onde são recorrentemente reportados episódios de aglomerações de crianças e adolescentes em idade escolar em espaços públicos e que, com exemplos específicos ocasionalmente reportados sobre, Nampula e Chimoio, contabilizaram-se cerca de 300 crianças em poucas horas, brincando em praça pública (Nampula) e jogando futebol em terreno baldio num bairro (Chimoio)<sup>7</sup>. além de situações em que crianças e adolescentes estão envolvidas em actividades comerciais, incluindo cumprimento de rotinas de frequência de mercados para aquisição de produtos diversos (incluindo bebidas alcoólicas) a mando dos encarregados. Em relação a este aspecto, não me parece exagerado dizer que o estado de perplexidade e frustração pelo facto de as crianças continuarem a "deambular" pelas ruas e vielas dos bairros, insidiosamente reportado pelos media, ao mesmo tempo que que procuravam observar a actuação das autoridades (policiais e municipais) foi também oficialmente

<sup>4</sup> Secundado pelas declarações da representante da OMS Moçambique que disse que tal decisão era apropriada [O País, 29 de Junho de 2020].

<sup>5</sup> Para o ano 2020, esperava-se matricular cerca de 1.500.000 novos ingressos no ensino primário, das foram alcançados 77%, segundo Gina Guibunda, Directora Nacional do Ensino Primário. [Radio Mais; Web Mais 28 de Janeiro de 2020]

<sup>6</sup> O Governo chegou a indicar que o retorno às aulas presenciais iniciaria, de forma faseada, a 27 de Julho, A informação foi dada, a 7 de Julho de 2020 em Maputo, pelo porta-voz do Conselho de Ministros,

Filimão Suázi, à margem da sua vigésima quarta sessão ordinária. [Portal do Governo de Moçambique, Julho de 2020]. Entretanto, esta determinação, em princípio, fica sem efeito em função da comunicação presidencial do dia 16 de Julho de 2020, que indica que as aulas permanecerão suspensas até que se criem condições para um reinício seguro [Presidência da República de Moçambique, 16 de Julho de 2020]

<sup>7</sup> [STV. Jornal da Noite. Maputo, 10.06.2020; Ikweli, 10 de Junho de 2020; O País, 23 de Junho de 2020; DW, 23 de Julho de 2020; Carta, 30 de Junho de 2020]

vocalizado pelo Presidente da República num misto de impotência e consternação. De acordo com o Presidente:

*"Não obstante os relativos ganhos que registámos ao longo deste período, notamos com tristeza que ainda persistem algumas fragilidades que podem concorrer para a frustração dos nossos esforços colectivos de travar esta pandemia, pois vemos: Esperávamos que, através da suspensão das aulas, fosse possível reduzir o contacto entre os alunos nas escolas, reduzir a sua exposição nos transportes públicos e mantê-los nas suas casas/residências de modo a minimizar o risco de transmissão local, isto é, esperávamos que ficassemos em casa, infelizmente, não é o que acontece"* [Presidência da República, 28-05.2020].

Paralelamente, inquéritos indicam que um elevado número de pessoas (cerca de 90%) não cumpre integralmente com a recomendação de ficar em casa por imperativos de sobrevivência e que mais de 40% das crianças saem de casa para a casa dos vizinhos e circulação no bairro<sup>8</sup>. Os comentários avançados por múltiplos actores (em entrevistas e nas redes sociais) sobre estas ocorrências, contestam o facto de as crianças poderem estar a realizar uma série de actividades excepto o retorno às aulas, onde até haveria relativamente melhores condições de disciplina, observância de horários e supervisão por parte dos professores sobre o comportamento dos alunos, para além da obrigatoriedade da escola, como um todo, em estabelecer e observar as exigências de sanitização estabelecidas como apropriadas para a prevenção da COVID-19. Nesta linha de raciocínio, seria mais prudente assegurar que os adolescentes e jovens passem mais tempo em suas rotinas escolares, que seriam

<sup>8</sup> Mungambe et. all, 2020.

<sup>10</sup> "O número de crianças que morrem da Covid-19 é extremamente baixo. No Reino Unido, apenas 5 em mais de 40.000 mortes por conta da Covid-19 ocorreram em crianças. A maioria dos países da Ásia Oriental que estiveram entre os primeiros países a serem atingidos pela pandemia não tiveram nenhuma morte de crianças por causa da Covid-19" [Drivdal, Semanário Savana, 09 de Julho de 2020].

espaços de disciplina institucional, onde mais facilmente se poderia observar os protocolos da prevenção da COVID-19, suportados pela presença dos professores que poderiam reforçar a necessidade de cumprimento da etiqueta de prevenção.

6. A argumentação de que parte da literatura disponível sobre a COVID-19 entre crianças estaria a indicar que as crianças são relativamente menos suscetíveis de serem infectadas que os adultos e, em caso de infecção, teriam elevada percentagem de assintomáticos e seriam menos propensas a desenvolver doenças graves [CDC, 2020], com menores índices de mortalidade e morbidade, para além de serem potencialmente menos propensas a transmitir o vírus<sup>9</sup> [Lee e Raszka, Jr., 2020] não obstante as reservas sobre as crianças com condições prévias de saúde<sup>10, 11</sup>.

7. A sintetizar a lista de argumentos invocados para defender-se o retorno imediato às aulas presenciais, há ainda a chamada de atenção para o facto de que um dos principais argumentos adoptado para explicar a necessidade de suspensão das aulas e de outras actividades socioeconómicas, é o de que era para dar tempo para que o sistema de saúde se reorganizasse para lidar com a pandemia e não necessariamente para evitar que as pessoas venham a ser infectadas e que, com o actual curso da pandemia, que se apresenta mais prolongada do que se poderia antecipar, seria, por si só, mais uma razão para o retorno adaptativo às rotinas socioeconómicas já que, a breve trecho, não se vislumbra o fim da pandemia e, assim sendo, não é sustentável que a sociedade permaneça com as actividades indefinidamente suspensas.

<sup>11</sup> As crianças transmitem pouco o novo coronavírus na escola, segundo estudo francês. O Epidemiologista Arnaud Fontanet, citado pelo Jornal Uol, teria dito que "em geral, as crianças são infectadas na família, geralmente através de seus pais, mas depois a transmitem pouco na escola", em associação ao uso de máscaras" [Uol, 24 de Junho de 2020].

## Argumentos contra o retorno imediato às aulas presenciais

Entre os argumentos contra o retorno às aulas presenciais, destacam-se os seguintes aspectos:

1. A possibilidade da aceleração da propagação da epidemia, na medida em que os alunos seriam o principal vector de propagação do vírus<sup>12</sup> [Stracqualursi, 2020]. Sob esta perspectiva, receia-se as probabilidades de aumento exponencial do ritmo de propagação da COVID-19. Reabrir escolas seria expor a comunidade escolar e famílias a risco de infecção pelo coronavírus, devido à impraticabilidade das promessas de higienização e saneamento das escolas<sup>13,14</sup>; saturação das infraestruturas escolares<sup>15,16</sup> que impossibilita a materialização do distanciamento físico incluindo inadequado rácio professor/aluno<sup>17</sup>. Nesta perspectiva de alistamento de potenciais "factores de risco" inclui-se a "inabilidade dos alunos", sobretudo os mais novos, em observar integralmente os protocolos de prevenção, tomando em conta que estes facilmente reproduzem práticas de engajamento mútuo, troca de utensílios, e eventualmente, partilha e troca de máscaras, potenciando a propagação do vírus. Em tal cenário, a decisão emanada pelo decreto presidencial<sup>18</sup> é considerada "imprudente" e que os pais estariam dispostos a abandonar as aulas [Carta de Moçambique, 30 de Junho de 2020].

<sup>12</sup> Stracqualursi, CNN, 11 de Julho de 2020.

<sup>13</sup> A Water Aid, indica que "52% das escolas do país não tem cobertura básica dos serviços de saneamento" e "75% das escolas não possuem cobertura básica dos serviços de higiene" [Water Aid Mozambique, 2020]

<sup>14</sup> "O Moçambique real não se enquadra nas decisões que foram tomadas. A maior parte das escolas do país tem três a quatro turnos por dia; se nós não temos capacidade de colocar funcionários a fazer limpeza uma vez ao dia, não estou a ver como é que vão desinfetar quatro vezes ao dia". [Manuel Araújo, in: STV, Noite Informativa, 30 de Junho de 2020]

<sup>15</sup> "Só algumas escolas da capital moçambicana poderão responder as exigências das medidas de prevenção da COVID-19, para a sua reabertura. Em algumas das escolas das cidades capitais é possível encontrarmos algum tipo de resposta, mas não seria

*"Reabrir escolas para aulas presenciais, nas actuais condições de precariedade das infraestruturas de abastecimento de água, saneamento e superlotação de salas de aulas seria expor o país a um "crescimento exponencial de casos de infecção (pelo coronavírus)" [CIP, 2020].*

2. As condições de mobilidade dos estudantes representariam um vector de transmissão da COVID-19. A atender pelas principais mensagens emanadas pelo Ministério da Saúde (MISAU) e do Instituto Nacional de Saúde (INS) a cada sessão das regulares conferências de imprensa para a divulgação dos dados sobre o comportamento da epidemia, secundados pelo Presidente da República nas suas declarações sobre a prorrogação do Estado Emergência:

*"Reiteramos que o vírus não anda, quem transporta o vírus de um lugar para outro são as pessoas. A nossa mensagem foi e continua a ser: vamos ficar em casa" [Presidência da República, 28.05. 2020]*

Nesta perspectiva, a ampliação da circulação de pessoas, incluindo estudantes, está também a ser entendido como podendo contribuir para a "mobilidade" do vírus e propagação da epidemia, como ilustra o excerto de entrevista abaixo:

uma resposta para um cenário 100% ideal, mas podia ser a 50%... mas tem que haver um esforço" (Jorge Ferrão, reitor da Universidade Pedagógica de Maputo) [In: STV, Noite Informativa 06 de Julho de 2020].

<sup>16</sup> No mesmo diapasão, a Direcção dos Assuntos Sociais disse que apenas 8 escolas tem condições criadas para o arranque das aulas, de um total de 22 existentes na cidade de Maputo [Portalmoz News, 13 de Julho de 2020].

<sup>17</sup> Entre 2016 a 2019 foram construídas 4.526 salas de aulas e, em igual período, destruídas outras 7.322, significando que a variação líquida de salas de aulas é negativa [Banze, 2020].

<sup>18</sup> No dia 26 de Junho de 2020, posteriormente contradita com o pronunciamento presidencial do dia 16 de Julho de 2020.

*"Era preciso o Governo pensar em nós primeiro, como é que vive a comunidade. Antes de traçar o programa deve visitar as comunidades. Estamos a receber aquela mensagem de fica em casa, mas o número está a subir. Agora quando as crianças regressarem às suas escolas não sabemos o que vai acontecer"*[Encarregado entrevistado em Gaza, In: DW, 15.07.2020]

Esta interpretação é gravosamente associada pelo reconhecimento de que, nas actuais circunstâncias "não é possível observar o distanciamento físico" em contexto em que a disponibilidade de transportes não responde à demanda por transporte para a deslocação de estudantes [Jornal da Mais, Media Mais TV, 29-06-2020]. O dilema da mobilidade, fica ainda mais evidente, numa circunstância em que os estudantes não estão a frequentar as escolas e os sectores público e privado trabalha em regime rotativo de pessoal e, mesmo assim, a oferta de transporte não responde à demanda. Esta situação seria agravada pelo acréscimo do peso da mobilidade estudantil, sobretudo ao nível das capitais provinciais e zonas periurbanas, onde muitos estudantes recorrem a transporte público para deslocarem-se à escola.

**3. Ambiguidades e inconsistências no desdobramento explicativo do roteiro de regresso às aulas:** As estratégias de retorno às aulas colocada em marcha são consideradas não claras, insuficientes e incapazes de sanar o fosso estrutural e adaptar-se ao "novo normal". A alusão ao condicionalismo da evolução da epidemia para a sinalização das datas de retorno às aulas, quando, na verdade deveria ter sido o contrário, no sentido de se ter tomado a decisão do retorno as aulas tendo em conta o conhecimento existente sobre o curso da epidemia e projecções à data do anúncio do PR. Numa observação pontual subentendendo que teria

<sup>19</sup> O que veio a ser feito a posterior pelo próprio PR, na sua comunicação do dia 16 de Julho de 2020.

<sup>20</sup> STV, Jornal da Noite, 30.06.2020; CARTA, Domingo 28 de Junho de 2020.

<sup>21</sup> Em reportagem televisiva, Carmelita Namashulua, afirmou que mesmo o grupo de escolas que haviam sido referidas como tendo condições para o início das aulas, ainda estavam em preparação e que a decisão do PR em suspender o início das aulas no dia 27 de Julho

seria mais eficaz a comunicação do PR indicar somente que a comunidade escolar deveria começar a realizar os preparativos e apresentar um plano de início das aulas tomando em conta todos os ajustes necessários e/ou possíveis de serem alcançados nas condições estruturais e materiais existentes<sup>19</sup>. Além disso, após o decreto presidencial, esperava-se que já houvesse um plano de retorno às aulas substancialmente elaborado, onde fossem razoavelmente explanados os passos a seguir e respectivas limitações para um retorno seguro às aulas. Entretanto, na comunicação subsequente do MINEDH, após a reunião do Conselho de Ministros, a Ministra do Pelouro, Carmelita Namashulua, foi evasiva e lacónica, deixando à critério do MISAU a clarificação de desafios específicos relativos ao sector da educação<sup>20</sup>.

A alusão ao retorno faseado às aulas não terá sido suficientemente explanado (incluindo a falta de data; indicação sobre o que fazer com as 367 escolas secundárias "sem condições sanitárias adequadas, uma vez que indicava que em todo o país existem 667 escolas secundárias das quais 300 estariam prontas a iniciar as aulas<sup>21</sup>"; alusão ao condicionalismo da evolução da epidemia, quando, na verdade deveria ter sido o contrário, no sentido de se ter tomado a decisão do retorno às aulas tendo em conta o conhecimento existente sobre o curso da epidemia e projecções à data do anúncio.

**4. Limitações de recursos e investimentos no sector,** além do historial de estrutura orçamental orientada para despesas de funcionamento com muito pouco para investimento<sup>22</sup>, a falta de clareza sobre os resultados dos esforços de mobilização de recursos e sua aplicação na resposta à pandemia limitam a ponderação e compreensão dos esforços que estão a ser feitos para colmatar as condições de infraestruturas

era uma boa decisão. TVM, Telejornal, 16 de Julho de 2020.

<sup>22</sup> De acordo com o CIP, o Orçamento do Estado de 2020 mostra que cerca de 27,1% da despesa total (excluído os encargos com o Estado) é direccionada para o sector da Educação, da qual, 99% em média, é alocada para despesas de funcionamento com foco para salários e remunerações [Mate, 2020].

degradadas e/ou inexistentes no sector da educação para a observância das medidas que possam viabilizar o seguro retorno às aulas. A falta de clareza sobre os resultados dos esforços de mobilização de recursos e sua aplicação na resposta à pandemia, como o caso da mobilização dos 309 milhões de USD [FMI, 24 de Abril de 2020] e outras arrecadações, não contribui para transmitir confiança de que o sector tem condições acrescidas para intervir em acções de transformação estrutural e/ou funcional das instalações escolares e sistema educacional<sup>23</sup>. Aos aspectos relativos à limitação de disponibilidade de recursos, inclui-se a dimensão de "insatisfação de alguns professores" face à uma falta de clareza sobre o pagamento de subsídio de risco, como segmentos profissionais (como saúde e defesa) em circunstâncias em os professores se revêm como parte das categoria socioprofissionais em alto risco de infeção.

**5. Teorias da conspiração, oportunismo e pressão económica** - A percepção de que o retorno às aulas estaria a ser ditado pela pressão do "lobby" empresarial dos proprietários de escolas (focados nas receitas decorrentes das mensalidades e propinas) e não necessariamente informada pelo conhecimento epidemiológico e socio comportamental disponível.

No quadro das teorias da conspiração também existiria uma política de pôr em marcha o desiderato de alcançar-se a controversa "imunidade de rebanho", deixando-se que a epidemia se propague aos níveis alcançar-se a saturação necessária para tal. Ainda nesta linha, vocalizam-se noções e percepções sobre a primazia da saúde e da vida, sobre quaisquer outras dimensões de direitos humanos, ilustrados na expressão "a saúde é a questão mais prioritária neste momento" e que nenhuma economia se sustenta sem que haja saúde"<sup>24</sup>, especialmente num contexto em que existe um amplo reconhecimento das limitações da

infraestrutura hospital para atender a eventuais explosão de infecção pela COVID-19: "é bom lembrar que não temos leito hospitalares suficientes, não temos enfermeiros e médicos suficientes e os que existem não estarão em condições de responder à demanda".

### Experiências de retorno às aulas em outros países

Tendo em conta a experiência global de vivência com a COVID-19, e desafios partilhados de enfrentamento, é pertinente visitar como outros países abordaram o desafio de retorno às aulas presenciais, ciente das especificidades de cada país, estágio de maturidade da epidemia e condições socioeconómicas particulares [EdSource, 30.06.2020; IOL, 20.05.2020]

Vários países já passaram ou vem passando pelo processo de retorno às aulas presenciais em tempos da COVID-19. Observando as suas experiências é possível tirar algumas lições e acautelar a ocorrência de vários desafios, como o "efeito sanfona", que obriga a experimentar o processo circular de "confinamento, desconfinamento, e (re) confinamento, como parte da estratégia de gestão do desafio de retomada das aulas com epidemia em curso.

A província de Hubei, na **China**, um dos primeiros polos de emergência da COVID-19 e que terá passado por uma experiência radical de restrição de movimentos das pessoas no auge da pandemia, foi um dos primeiros a retornar às aulas presenciais, adoptando estratégias de retorno gradual, iniciando, com estudantes dos últimos anos do ensino secundário. No caso da China, no contexto da implementação dos protocolos sanitários para o retorno às aulas foram introduzidas medidas de distanciamento físico, desinfecção, uso de separadores acrílicos entre as carteiras e nos refetórios, uso de câmaras infravermelhas e pulseiras eletrónicas para

<sup>23</sup> A 17 de Julho de 2020, a Ministra da Educação confirmou a indicação de que o Governo teria disponibilizado 3,5 mil milhões de meticais, e que esse valor se destina a todas as escolas, tanto para reabilitações como para construções. TVM, Telejornal, 17 de Julho de 2020.

<sup>24</sup> Manuel de Araújo, Edil de Quelimane. STV, Programa Noite Informativa, 28 de Julho de 2020.

aferição da temperatura, além do uso de máscaras e viseiras de protecção facial [Globo, 29.05.2020].

No interregno das aulas presenciais, a **África do Sul** passou por amplos debates entre o sector da educação, associações de profissionais da educação, partidos políticos e encarregados de educação. Não obstante a posição contrária ao retorno às aulas presenciais, expressa por parte de algumas constituências, o Governo determinou o retorno faseado às aulas para a primeira semana de Junho, tendo posteriormente, adiado para o dia 8 de Junho em função da falta de prontidão de várias escolas [VOA News, 22.06.2020]. Antes do reinício das aulas presenciais, várias deliberações e orientações foram emanadas, destacando a necessidade de observar, entre outros, os seguintes aspectos como pré-condição para a reinício das aulas presenciais: (i) Necessidade de assegurar a disponibilidade de água, produtos de higiene e desinfetantes (ii) obrigatoriedade do uso de máscara; (iii) rastreio presuntivo de sintomas incluindo aferição de temperatura: Rastreio de sintomas: "*body aches, loss of smell or loss of taste, nausea, vomiting, diarrhea, fatigue, weakness or tiredness*"; (iv) medidas de distanciamento físico e reorganização das turmas para não mais de 20 alunos ou 50% da capacidade salas de aulas; (v) ajuste curricular e carga horária; e, (vi) prerrogativa de continuidade de aulas remotas, especialmente para os estudantes com co-morbidades [Roux, 08.06.2020].

Não obstante as medidas tomadas, duas semanas após, o Departamento da Educação Básica confirmou o encerramento de 775 escolas afectadas pela COVID-19, da 7a. à 12 classes e que 523 estudantes e 1.169 professores testaram positivo para COVID-19 [SA-DBE, 27.06.2020; The Citizen, 27.06.2020]. Após o (re)encerramento das escolas seguem-se os procedimentos de desinfeção, assim como as acontece com as demais áreas socioeconómicas como hospitais, empresas mineradoras,

esquadras de polícia, postos transfronteiriços e outros espaço de alta afluência populacional.

A exemplo da África do Sul, **Israel** experimentou o "efeito sanfona", durante o curso de retorno às aulas presenciais. Em Israel, duas semanas após a abertura das escolas registaram surtos epidémicos através das escolas, com cerca de 250 casos, incluindo 130 casos numa única escola, o que levou ao encerramento de uma dezena de escolas onde alunos, professores e pessoal auxiliar ficaram infectados e mais de 6800 alunos e professores foram colocados em quarentena [NPR, 02.06.2020].

A **França** também passou pelo "efeito sanfona", uma semana após o retorno às aulas presenciais, tendo determinando o (re)encerramento de algumas escolas, após o registo de 70 novos casos de COVID-19 associados às escolas [Globo, 19.05.2020], ainda que não se descarte a possibilidade de as infecções poderem ter ocorrido antes do retorno às escolas [NBC News, 18.05.2020].

Apesar de alguns países, como a África do Sul, Israel, França, Coreia do Sul<sup>25</sup>, Japão<sup>26</sup> e outros terem experimentado idas e vindas no processo de retorno às aulas (reabertura e fechamento de algumas escolas) vários outros países prepararam e asseguraram o retorno às aulas presenciais ainda no período de pandemia em curso, sem grandes sobressaltos, tais como a Finlândia, Noruega, Dinamarca<sup>27</sup> e Nova Zelândia<sup>28</sup>, além de outros países que optaram por postergar o retorno as aulas, como a Itália, para Setembro e o Kénia para 2021. Evidentemente, cada um dos modelos de retorno às aulas deve ser compreendido no contexto geral da pandemia e de disponibilidade de guiões globais sobre o tema, mas considerados nos contextos específicos de cada país, em associação à análises da evolução, maturação da pandemia e supressão de cadeias de transmissão comunitária do vírus em cada país e regiões dentro dos países.

<sup>25</sup> [The Washington Post, 30.05.2020; CNN World, 29.05.2020].

<sup>26</sup> [The Straits Times, 29.05.2020].

<sup>27</sup> [The Local DK, 28.05.2020]

<sup>28</sup> [NZ, 18.05.2020]

## Conclusões

O Estado de Emergência foi declarado de forma abrupta (também considerado em tempo oportuno), sem amplas explicações e fundamentação sobre que se pretendia alcançar, a meio de uma pandemia nova e de ciclos epidémicos desconhecidos, excepto pela ideia de salvaguardar o sistema de saúde potencial colapso. Entretanto, com o conhecimento até aqui acumulado, especialmente sobre as formas de transmissão do vírus, estágio da ciclo epidemiológico no país e em diferentes províncias, a decisão de retornar às actividades socioeconómicas não pode seguir o mesmo padrão. Assim sendo, considero oportuna a decisão de retomada faseada das aulas presenciais, não necessariamente pela escolha de classes finalistas em si, mas pelo desafio de materializar o desiderato preventivo de materializar o distanciamento físico nas escolas num momento epidémico de padrão ascendente e disseminação comunitária, especialmente se tivermos em conta os constrangimentos relativos à sobrecarga das infraestruturas educacionais e inadequado rácio professor / aluno.

O anúncio presidencial sobre a contingência do retorno às aulas presenciais, e mesmo antes disso, exacerbou a tensão social fervilhante, polarizado a sociedade, entre os que são a favor do retorno imediato às aulas presenciais e os que entendem que ainda não é o momento apropriado para o retorno às aulas presenciais. Tanto os que são a favor quando os que são contra o retorno, a breve trecho, às aulas presenciais apresentam fundamentos compreensíveis e informados por múltiplos pressupostos circulantes sobre o curso da pandemia, seu impacto socioeconómico, bem como as condições estruturais do país e sua capacidade para responder e/ou posicionar-se face aos desafios impostos pela pandemia.

Está assente que a maior parte das escolas não reúnem todas as condições de essenciais para a observação integral dos protocolos de prevenção e mitigação da COVID-19, conforme o estipulado pelos guiões e diretrizes relevantes da OMS e do MISAU e, até pelos decretos presidenciais que instituem abordagens de distanciamento físico; e dificilmente poderão reunir, à curto prazo, e de forma concomitante, todos os requisitos indicados em tais diretrizes<sup>29</sup>.

No contexto de retorno às aulas, importa não perder-se de vista que todo um ambiente circundante, eventualmente em recesso durante o período de vigência das medidas mais restritivas do EE, possa ser reactivado em consonância com as intrínsecas dinâmicas de mobilidade educacional (alunos, professores, pessoal de apoio, pais e encarregados de educação), incluindo a reemergência do comércio informal (vendedores de lanches de confeção doméstica, frutas e uma variada gama de guloseimas industrializadas) ao redor e até dentro do recinto escolar, ampliando o número de pessoas em actividade na e à volta da escola e até potenciando pequenos polos de aglomeração de pessoas, o que concorre para o esvaziamento das possibilidades de materialização da regra do distanciamento físico, favorecendo a propagação da epidemia, especialmente se tivermos em conta que o uso de máscara, deve ser acompanhado pela observância de pelo menos 1,5 metro em espaços públicos.

O antagonismo reducionista que vincula os extremos dos polos de opiniões sobre o retorno às aulas presenciais de forma pejorativa, com mútuas acusações que sintetizam os polos entre os que teriam "medo do vírus" e os que "querem fazer experimentos com as crianças", apesar de terem alguma utilidade para compreender o contexto social de domesticação da pandemia em Moçambique, não devem impedir que os gestores de políticas públicas e governantes, tomem em

<sup>29</sup> Segundo o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine, perspectivou que a criação de condições básicas de higiene para prevenção da covid-19 nas mais de 14 mil escolas primárias e secundárias deverá demorar entre 2 a 3 meses, adiando para Outubro a retoma das aulas

presenciais no ensino público em Moçambique. De acordo com Machatine, a reabilitação das fontes de água nas escolas e casas de banho, num prazo de 55 dias. Mas porque há escolas sem sequer casa de banho ou fonte de água decorrerão mexidas de raiz que vão durar 90 dias [Portalmoz, 10.07.2020]

consideração na sua ponderação e decisão sobre o regresso às aulas presenciais os aspectos chave, mais relevantes para informar a tomada de decisões sobre esta matéria, nomeadamente: (i) o curso da epidemia a nível comunitário, (ii) o grau de preparo das instituições de ensino para a retoma das aulas presenciais em condições que permitam salvaguardar a capacidade da comunidade escolar em implementar medidas epidemiologicamente plausíveis de prevenção e mitigação da COVID-19; e, (iii) a elevação da confiança social e adesão comunitária aos roteiros e planos de resposta à COVID-19 no país.

Assim sendo, apesar de a polarização de posições sobre o retorno às aulas presenciais ter centrado o foco da discussão em questões relativas às fragilidades estruturais das infraestruturas do sistema educacional, há toda uma ênfase dialógica e de comunicação sobre a resposta nacional à pandemia que deve ser re-articulada e disseminada de modo a engajar, positivamente, as diferentes constituências e a sociedade como um todo na compreensão das implicações sociais e económicas das decisões tomadas, no interesse de controlar o curso e impacto da pandemia, bem como sobre as opções e roteiros que o país pode adoptar de modo a viabilizar o relativamente seguro às rotinas educacionais e produtivas essenciais para a reprodução social.

Até ao momento, não há garantias imediatas de que o mundo irá desenvolver e disponibilizar vacinas e/ou medicamentos efectivos para prevenção e/ou tratamento da COVID-19 a breve prazo, não obstante as promissoras notícias que surgem de diferentes partes do mundo, sobre os vários "candidatos", alguns dos quais carecem de verificação e revisão de pares, antes mesmo de chegar às agências reguladoras para aprovação e ampla circulação.

Nestas circunstâncias é coerente reconhecer que a vida em sociedade não pode permanecer indeterminadamente em estado de suspensão, somente com serviços mínimos a funcionar, sob pena de agravar a precariedade das condições socioeconómicas das famílias, num país pobre em que a maioria das pessoas não dispõem de fontes previsíveis de sustento, para além de ganhos diários em actividades informais. Assim

sendo, o imperativo de retomada das actividades produtivas (incluído a retomada das aulas) pode, estrategicamente ser enquadrado, em termos políticos e de estratégias de protecção da saúde pública, como parte das iniciativas de salvaguarda da vida, também considerada tanto nos slogans políticos quanto nas narrativas em torno da polarização pró ou contra o retorno às aulas como "nosso maior valor".

A fazer jus a esta linha de raciocínio, a centralidade da discussão sobre o retorno às aulas presenciais (e retomada de outras actividades socioeconómicas) desloca-se para a necessidade de engajar a sociedade a reflectir não apenas sobre o retorno ou não as aulas, mas sobre o que pode ser feito, a curto, médio e longo prazos para assegurar que a retomada das actividades suspensas possa ser feita com a máxima segurança possível, de forma epidemiologicamente relevante, nas condições materiais e estruturais que caracterizam o país e, nos múltiplos casos em que poderão exacerbar as desigualdades de acesso, tomar-se em conta o que pode ser feito para enquadrar e reduzir as inequidades.

Havendo consensos em que a eclosão da COVID-19 exacerbou a visibilidade das inequidades socioeconómicas no país (e no mundo), deve-se também reconhecer que esta pandemia conferiu centralidade à importância da saúde pública, numa perspectiva multisectorial, e impôs dilemas transformativos e adaptativos que demandam alterações de enfoques nos compromissos políticos e de políticas públicas que caracterizam o país, para além da necessidade de contínua mobilização e engajamento social (e individual) em torno de agendas de interesse colectivo. O conjunto de recomendações com enfoque na viabilização do retorno a algum tipo de "normalidade" nas rotinas educacionais, são a seguir apresentados, em formato de blocos temáticos a compostos por combinações de intervenções concomitantes.

## Recomendações

### Premissas na base das recomendações

As recomendações formuladas são avançadas tendo em conta as seguintes premissas:

(i) que as medidas de prevenção da COVID-19 no contexto das rotinas escolares, devem ser pensadas como tendo o objectivo de tornar o ambiente escolar (comunidade escolar, roteiro escolar e todo o ambiente socioeconómico envolvente) menos susceptíveis à infecção pelo vírus e sua propagação, isto é, com o objectivo de tornar o ambiente escolar menos propenso à infecção e propagação do vírus, associado a planos mais abrangentes de detecção e isolamento precoce dos casos e subsequente tratamento conforme a gravidade. A estratégia de prevenção da transmissão comunitária fornece as bases para o repensar dos investimentos para o retorno às aulas como processo holístico e não como actividades isoladas e autocentradas apenas nas escolas.

(ii) A pura ênfase na "lista de coisas", (infraestruturas de que a escola dispõe ou não dispõe) dificilmente poderá ser materializada a curto e médio prazos e não deve ser a medida primordial de ponderação da decisão do período de retorno às aulas. O enfoque deverá ser na determinação das condições essenciais que cada comunidade escolar pode efectivamente reunir e implementar de forma sustentada (ex: uso de máscara, 2 distanciamento, desinfeção de salas, 4 lavagem regular de mãos).

(iii) A visibilidade dos aspectos infraestruturais não deve ofuscar a relevância de semelhantes investimentos de introspecção sobre os aspectos

<sup>30</sup> De acordo com a porta-voz do MINEDH, "Há um movimento agora de verificação de condições em todas as nossas escolas, condições de saneamento, água, responsabilidades distribuídas desde o nível central, provincial e também dos gestores das nossas escolas, também dos professores e alunos, o que é que se deve fazer antes e depois de reinício das aulas, higienizar as salas de aula e outros espaços comuns, teremos que capacitar também os nossos professores. Estamos numa situação *sui generis*, em que todos nós estamos a aprender, então, inicia um movimento de preparação das nossas escolas para o reinício e só depois deste período é que efectivamente a entidade competente, que é o Ministério da Saúde, irá efectivamente nos autorizar se sim, podemos avançar ou não", A informação foi dada, esta terça-feira em Maputo, pela Ministra da Educação e

socio comportamentais a serem considerados no processo de readaptação da e à realidade para um seguro retorno às aulas.

## Recomendações

### 1. Prosseguir nos investimentos visando a **melhoria das condições de infraestruturas** educacionais<sup>30</sup>

- Com enfoque para a componente de abastecimento de água, higiene e saneamento do meio.
- Reestruturação das formas de ocupação de espaços, e roteiros de circulação no recinto escolar;
- Prosseguir os investimentos visando a ampliação da rede escolar
- Promover a implantação e expansão de infraestruturas de TICs.
- Promover parcerias público/privado para a melhoria das condições de transporte público e escolar, a exemplo da parceria estabelecida entre a IES e a Metro bus [O País, 10 de Julho de 2020].
- Desenvolver um pacote de medidas específicas, voltadas para mitigar o potencial de reprodução de inequidades de acesso e progressão entre estudantes que vivem /estudam em locais e regiões onde as condições de infraestruturas estão em relativamente melhores condições de iniciar as aulas, com potencial de reproduzir as inequidades de acesso a oportunidades educacionais e de progressão, na

Desenvolvimento Humano, Carmelita Namashulua, no fim da vigésima terceira sessão ordinária do Conselho de Ministros [In STV, Jornal da Noite, 30.06.2020

Uma concreta sinalização de revisão orçamental (incluindo recursos mobilizados e reorientado para este propósito pode contribuir para a reeducação de ceticismo e aumento da confiança sobre a possibilidade de adopção de medidas que possam concorrer para a redução da percepção das escolas como espaços de extrema exposição e susceptibilidade a contração da COVID-19.

eventualidade de se privilegiar o início das aulas para as escolas que reúnam condições deixando para traz os que não reúnem condições.

**2. Desenvolver e sistematizar um protocolo sanitário**, englobando os principais aspectos relativos a prevenção e mitigação da COVID-19 na comunidade escolar, incluindo:

- Abordagens de educação e consciencialização da comunidade escolar sobre a prevenção e mitigação da COVID-19;
- Preparação da comunidade escolar para os desafios comportamentais e de adaptação de rotinas escolares, no contexto da pandemia (clarificação do novo roteiro e rotinas escolares - sessões de psicopedagogia);
- Garantia de disponibilidade / acessibilidade de meios e barreiras de proteção/prevenção da COVID-19 (ex: máscaras, sabão, produtos desinfetantes certificados, e soluções alternativas eficazes);
- Mecanismos e rotinas de manejo de sinais e sintomas da COVID-19 nas instituições de ensino;
- Rastreamento e deteção de COVID-19, manejo de eventuais surtos na comunidade escolar, ligação e referências às USs acessíveis) e prontidão para uma atempada intervenção visando a suspensão das aulas, desinfecção e controle de possíveis focos de infecção escolar<sup>31</sup>;
- Proteção dos professores, auxiliares e estudantes com condições prévias de comorbidade, qualificáveis nos grupos de alto risco

**3. Sistematizar os ajustes necessários e/ou aplicáveis aos protocolos pedagógicos** (curriculares) para os diferentes níveis e subsistemas de ensino

- Ajustes curriculares e de relevância temática<sup>32</sup>;

<sup>31</sup> Preparar e comunicar adequadamente as medidas a serem tomadas para responder a necessidade de lidar com o efeito sanfona (encerramento- reabertura - reencerramento das escolas) para monitoria / vigilância das condições de aumento / redução de risco (idealmente, ligados a vigilância sanitária da

- Consideração de ciclos de aprendizados multianuais, para além dos habituais bimestres e trimestres, de modo a assegurar uma progressiva redução do défice temporal até o cumprimento das prioridades curriculares ajustadas por classes;
- Considerar a adoção de ciclos pedagógico emergencial 2020-2021 que consista na combinação das agendas curriculares dos dois anos para completar o ciclo de aprendizado para esses dois anos;
- Investir no aprimoramento de abordagens educacionais híbridas, presencial e não presencial (sobretudo a nível das IES).

**4. Estruturar as linhas gerais dos protocolos operacionais**,

- Capitalizar das estruturas e fóruns de coordenação existentes, efetuando os ajustes necessários para que se tornem efectivos;
- Articular os possíveis reajustes na estrutura de Recursos Humanos para responder aos desafios organizacionais, funcionais e pedagógicos impostos pela COVID-19 (incluindo recrutamento de professores e pessoal auxiliar);
- Estabelecer mecanismos e cadeias de suporte logístico e material para assegurar a disponibilidade de recursos / produtos essenciais para a prevenção da COVID-19;
- Monitorar a implementação das medidas essenciais de prevenção de infecções e articular ajustes atempadas para a tomada de decisões
- Capitalizar das ligações escola-comunidade na criação, manutenção e fiscalização das condições de viabilização da retomada segura das aulas presenciais, em estreita ligação com as Unidades Sanitárias, idealmente ligadas a vigilância sanitária e epidemiológica da COVID-19, de modo a que se compreenda com relativa facilidade, eventuais ajustes das

propagação da COVID-19 nas diferentes áreas geográficas do país.

<sup>32</sup> O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano - Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação - Dispõe de um esboço intitulado: Reajuste dos Programas de Ensino. (s/d).

actividades programadas em função do curso da pandemia<sup>33</sup>.

#### 5. Aprimorar as estratégias de comunicação sobre as transformações em curso, com enfoque para:

- Abordagens que evidenciam os esforços e investimentos em curso para responder aos desafios de implantar medidas mínimas inegociáveis para a retomada segura das aulas presenciais (incluindo o que esta a ser feito numa perspectiva multissectorial, e não apenas centrada na escola);
- Diálogo em torno dos dilemas e preocupações que os diversos interessados/envolvidos apresentam de modo a engajar-lhes nos esforços de mútua clarificação de expectativas e dissipação de dúvidas e zonas de penumbra sobre o roteiro e implicações de retorno às aulas presenciais, comunicando o que se pretende e o que é alcançável nas condições estruturais e materiais que caracterizam os diversos perfis de instituições de ensino;
- Desmistificação de interpretações erróneas sobre o curso, implicações e impacto da pandemia (redução dos medos e viabilização segura das actividades socioeconómicas em contexto de pandemia);
- Capitalização da escola como vector de comunicação e engajamento da sociedade para a disseminação de medidas de prevenção e mitigação da COVID-19.
- Assegurar uma ampla mobilização social, sobretudo da comunidade escolar, previamente ao início das aulas, no sentido de preparar o professores, alunos, sobre aspectos comportamentais a serem revistos e privilegiados para assegurar prevenção da COVID-19 de modo geral e o retorno

relativamente mais seguro às aulas presenciais. Os desafios inerentes o uso adequado da máscara por períodos prolongados, por exemplo, não deve ser tomado de animo leve.<sup>34</sup> Rever os manuais e diretrizes comportamentais de etiqueta preventiva no processo de retorno as aulas, e assegurar uma ampla disseminação, parece ser um investimento aparentemente banal, mas útil no desiderato de partilhar conhecimento munir os estudantes, professores e comunidade escolar com ferramentas capaz de orientar sobre os passos a tomar<sup>35</sup>.

### Referências

Banze, C. Prioridades orçamentais do sector da educação comprometem a capacidade de resposta aos desafios impostos pela COVID-19. Centro de Integridade Pública (CIP). Maputo, Edição No.17, 20 de Junho de 2020.

<https://cipmoz.org/2020/06/24/prioridades-orcamentais-do-sector-da-educacao-comprometem-a-capacidade-de-resposta-aos-desafios-impostos-pela-covid-19/> via @CIP Acesso: 08.07.2020.

Benjamin Lee B. e Raszka, Jr William V. COVID-19 Transmission and Children: The Child Is Not to Blame. PEDIATRICS Volume 146, number 2, August 2020:e2020004879.

Carta de Moçambique. COVID-19: Polícia tira 184 crianças das ruas de Chimoio. Maputo, 30 de Junho de 2020.

Carta de Moçambique. Filipe Nyusi questionado: Opinião pública contra a retoma faseada das aulas. Maputo, 30 de Junho de 2020.

Cavalane B.H. Governo deve ser responsável na reorganização das condições das escolas para garantir

<sup>33</sup> Na análise do CIP, cabe ao Governo, em primeira instância, garantir a implementação da Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, no sentido de partilhar recursos (quer materiais e financeiros) para o funcionamento de toda a máquina administrativa do Sistema Nacional de Educação e não deixar esta responsabilidade à boa vontade dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade em geral.

<sup>34</sup> Ver Instrução Ministerial No 01/GM/MINEDH/2020 de 19 de Junho de 2020 (preparação de condições nas instituições de ensino para Reinício de aulas) que atribui responsabilidades aos gestores das escolas para garantir a limpeza e higienização das escolas.

<sup>35</sup> [UNICEF et. al. Março 2020]

um retorno seguro às aulas. Centro de Integridade Pública (CIP) Moçambique. Maputo, 12 de Julho de 2020.

<https://cipmoz.org/2020/07/12/governo-deve-ser-diligente-e-responsavel-na-reorganizacao-das-condicoes-das-escolas-para-garantir-um-retorno-seguro-as-aulas/> Acesso: 15.07.2020

CDC COVID-19 Response Team. Coronavirus disease 2019 in children - United States, February 12–April 2, 2020. MMWR Morb Mortal Wkly Rep. 2020;69(14):422–426.

CNN World. Hundreds of South Korea schools close again after reopening. May 29, 2020.

<https://edition.cnn.com/2020/05/29/asia/south-korea-coronavirus-shuts-down-again-intl/index.html> Acesso: 27.06.2020.

CNN. Sweden pays human and economic price for not locking down. July 18, 2020.

Drivdal A. É seguro para os pais deixar as crianças regressarem à escola? In: Opinião, Semanário Savana, Maputo, 9 de Julho de 2020.

EdSource. Safety measures in schools across the globe: Here is a look at safety protocols that schools in different countries and US states are putting into place as they reopen amid the coronavirus pandemic. June 30, 2020.

[mailto:?subject=Sharing Safety measures in schools across globe&body=I thought you would want to see this interesting story from EdSource:](mailto:?subject=Sharing%20Safety%20measures%20in%20schools%20across%20globe&body=I%20thought%20you%20would%20want%20to%20see%20this%20interesting%20story%20from%20EdSource%3A%20https%3A%2F%2Fedsources.org%2F%3Fp%3D634801) <https://edsources.org/?p=634801> Acesso: 03.07.2020

DW. Moçambique trabalho infantil persiste apesar da pandemia. Moçambique. 23 de Junho de 2020.

<https://www.dw.com/pt-002/moçambiquetrabalho-infantil-persiste-apesar-da-pandemia/av-53391875> Acesso: 23de Junho de 2020.

DW. Moçambique. Pais opõem-se à retoma das aulas em Moçambique. Moçambique, 15 de Julho de 2020.

<https://www.dw.com/pt-002/pais-opõem-se-à-retoma-das-aulas-em-moçambique/a-54182779?maca=pt-002> Acesso: 17.07.2020

FMI. Comunicado de Imprensa, 20/190. A Comissão Executiva do FMI aprovou USD 309 milhões em assistência de emergência para Moçambique para combater a pandemia COVID-19. Maputo, 24 de Abril de 2020.

Globo. Volta às aulas após quarentena: veja 10 medidas adotadas em 8 países para a retomada do

ensino. G1. 29 de Maio. de 2020. <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/29/volta-as-aulas-apos-quarentena-veja-10-medidas-adotadas-em-7-paises-para-a-retomada-do-ensino.ghtml>> Acesso: 04.07.2020.

Globo Internacional. França volta atrás e suspende aulas após surgimento de novos casos de coronavírus. 19.05.2020.

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/301973/franca-volta-atras-e-suspende-aulas-apos-surgiment.htm#> Acesso: 03.06.2020.

IOL. Reopening of schools during Covid-19: How other countries have fared. May, 2020.

<https://www.iol.co.za/news/politics/reopening-of-schools-during-covid-19-how-other-countries-have-fared-48212849> Acesso: 04.07.2020

Jornal Ikweli. Operação "usa Máscara": PRM em Nampula está a reter crianças para forçar a sua retirada das ruas. Nampula, 10 de Junho de 2020.

<https://www.ikweli.co.mz/2020/06/10/operacao-usa-mascara-prm-em-nampula-esta-a-reter-criancas-para-forcar-a-sua-retirada-das-ruas/> via @Jornal Ikweli Acesso: 28.06.2020

Munguambe, K; Cambaco O.; Cossa H.; Cumbane C.; Boene H.; Magaço A.; Nhacolo F.; Mucavele E.; Materrula F.; Luiís F.; Nhamthumbu H.; Saquina C.; Saúte F. Estado actual das medidas de contenção da COVID-19: Uma sondagem em bairros de distritos e Municípios Seleccionados após o decreto do Estado de Emergência em Moçambique. Centro de Investigação em Saúde de Manhiça; Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Junho de 2020.

NBC News. 70 cases of COVID-19 at French schools days after reopening. The affected schools are being closed immediately. May 18, 2020.

<https://www.nbcnews.com/health/health-news/70-cases-covid-19-french-schools-days-after-re-opening-n1209591> Acesso: 29.06.2020

NPR. The Coronavirus Crisis: After reopening schools, Israel orders them to shut if COVID-19 cases are discovered. June 2, 2020.

<https://www.npr.org/sections/coronavirus-live-updates/2020/06/03/868507524/israel-orders-schools-to-close-when-covid-19-cases-are-discovered> Acesso: 26.06.2020

Mate, R. Devido a COVID-19, Estado moçambicano deixa parte da gestão das escolas públicas à sua sorte. Centro de Integridade Pública (CIP), Maputo, 28 de Junho de 2020

<https://cipmoz.org/2020/06/28/em-tempos-de-emergencia-devido-a-covid-19-estado-mocambicano-deixa-parte-da-gestao-das-escolas-publicas-a-sua-sorte/> Acesso: 18.07.2020.

NZherald. Covid-19 coronavirus: Kiwis head back to office and school after months in lockdown. 18 May 2020.

[https://www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c\\_id=1&objectid=12332546](https://www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c_id=1&objectid=12332546) Acesso: 29.06.2020

O País. Retorno às aulas: Representante da OMS em Moçambique diz que o governo tomou medidas apropriadas. Maputo, 29 de Junho de 2020.

<http://opais.sapo.mz/retorno-as-aulas-representante-da-oms-em-mocambique-diz-que-governo-tomou-medidas-apropriadas#> Acesso: 30.06.2020

O País. Crianças de Chimoio "ignoram" Estado de Emergência. Maputo, 23 de Junho de 2020.

<http://opais.sapo.mz/criancas-de-chimoio-ignoram-estado-de-emergencia#> Acesso: 30.06.2020.

O País. Problemas de transporte para universitários poderá ser minimizado por 1.750 MYS/mês. Maputo, 10 de Julho de 2020.

<http://opais.sapo.mz/-problemas-de-transporte-para-universitarios-podera-ser-minimizado-por-1750-mtsmes#> Acesso: 16.07.2020

Portalmoz. Aulas presenciais em todas escolas públicas de Moçambique talvez em Outubro - João Machatine. 10 de Julho de 2020.

<https://portalmoznews.com/2020/07/aulas-presenciais-em-todas-escolas-publicas-de-mocambique-so-podem-retomar-em-outubro.html> Acesso: 11.07.2020

Portalmoz News. Em Maputo apenas 8 escolas tem condições criadas para a retoma das aulas. Maputo, 13 de Julho de 2020.

<https://portalmoznews.com/2020/07/em-maputo-apenas-8-escolas-tem-condicoes-criadas-para-retoma-das-aulas.html> Acesso: 16.07.2020

Presidência da República de Moçambique. Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre a Prorrogação do Estado de Emergência, pela Segunda Vez, no âmbito da Pandemia do Coronavírus – COVID-19. Maputo, 28 de Maio de 2020.

<http://www.presidencia.gov.mz>. Acesso: 20.06.2020.

Presidência da República de Moçambique. Decreto Presidencial No. 11/2020, de 30 de Março. Publicado

no Boletim da República. I Série, No. 61. Segunda-feira, 30 de Março de 2020.

<https://www.mic.gov.mz/por/content/download/6995/49639/version/1/file/BR.+Decreto+Presidencial.+nº11.2020.de+30+de+Março.pdf> Acesso: 26.07.2020

Presidência da República de Moçambique. Decreto Presidencial No. 21/2020, de 26 de Junho - que prorroga pela III vez o Estado de Emergência. Maputo. 26 de Junho de 2020.

Presidência da República. Comunicação à Nação do Presidente da República por ocasião do Balanço de Meio Termo da Implementação das Medidas Decretadas no Contexto do Estado de Emergência. Maputo, 15.05.2020.

<http://www.presidencia.gov.mz>. Acesso: 20.06.2020.

Presidência da República. Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, meio termo após a 3ª Prorrogação do Estado de Emergência, no âmbito da Pandemia da COVID-19. Maputo, 16 de Junho de 2020.

<http://www.presidencia.gov.mz>. Acesso: 18.07.2020

Radio Mais; Web Mais. MINEDH falha meta de novos ingressos para a 1a. classe. Maputo, 28 de Janeiro de 2020.

<https://www.webmais.tv%2Fartigo%2Fminedh-falha-meta-de-novos-ingressos-para-primeira-classe&usg=AOvVawo9k2I5X6k8oARHkhyzQpSx> Acesso: 28.06.2020

Rádio Moçambique. Aulas e fichas pelas plataformas digitais não são abrangentes e não serão alvo de avaliação. (Ministra da Educação, Carmelita Namashulua, falando no Parlamento). Maputo, 25 de Maio de 2020.

<https://www.rm.co.mz/rm.co.mz/index.php/sobre/it-em/11170-aulas-e-fichas-pelas-plataformas-digitais-nao-sao-abrangentes-e-nao-serao-alvo-de-avaliacao-ministra-da-educacao.html> Acesso: 24.06.2020

Randolph H.; Barreiro L. Herd Immunity: Understanding COVID-19. Science Direct. Immunity. Volume 52, Issue 5, 19 May 2020, pp. 737-741.

República de Moçambique, Ministério da Saúde (MISAU). Plano de preparação e resposta ao surto do COVID-19. Maputo, 20 de Março de 2020.

República de Moçambique. Conselho de Ministros. Governo fixa 27 de Julho, data de reinício das aulas

presenciais em 171 escolas secundárias do país. Maputo, 07 de Julho de 2020.

<http://www.mined.gov.mz/Pages/Comentarios.aspx?listName=NoticiasMined&newsId=375> Acesso: 12.07.2020.

Roux, C. South Africa: Today's latest news and headlines. The South African. June 8, 2020. <<https://www.thesouthafrican.com/news/south-africa-news-today-monday-8-june-2020/>> Acesso: 04.07.2020.

SA - Department of Basic Education - Breakdown of Covid-19 cases in school as of 27 June 2020. [SA-DBE. 27.06.2020]

STV. Jornal da Noite. Maputo, 10.06.2020

The Citizen. COVID-19: Schools have been temporarily closed and reopened around the country in the past 3 weeks to allow affected areas to be disinfected. 27.06.2020.

<https://citizen.co.za/news/covid-19/2310414/775-schools-hit-by-covid-19-across-sa/> Acesso: 30.06.2020

The Local SE. How Sweden's schools are adapting to the coronavirus outbreak. 11 May, 2020.

<https://www.thelocal.se/20200511/how-swedens-schools-have-adapted-to-the-coronavirus> Acesso: 19.06.2020

The Local. How Denmark got its children back to school so soon after lockdown. May 28, 2020

<https://www.thelocal.dk/20200528/how-denmark-got-its-children-back-to-school> Acesso: 29.06.2020

Water Aid Mozambique. Factos e estatísticas: Moçambique.

[https://www.wateraid.org%2Fmz%2F&usg=AOvVaw07ttOx\\_jDMvKx\\_MMC8ZFdz](https://www.wateraid.org%2Fmz%2F&usg=AOvVaw07ttOx_jDMvKx_MMC8ZFdz) Acesso: 02.07.2020

WHO. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. 11 March 2020.

<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020#.XxV3DmM5MDs.link> Acesso: 22.06.2020

Stracqualursi V. International CDC Documents warn full reopening of schools is "highest risk" for coronavirus spread". In. CNN, 11 de Julho de 2020.

[https://www.cnn.com%2F2020%2F07%2F11%2Fpolitics%2Fcdc-documents-warn-high-risk-schools-reopening%2Findex.html&usg=AOvVaw173Cabun3ZolBU\\_MNUBeNJ](https://www.cnn.com%2F2020%2F07%2F11%2Fpolitics%2Fcdc-documents-warn-high-risk-schools-reopening%2Findex.html&usg=AOvVaw173Cabun3ZolBU_MNUBeNJ) Acesso: 12.07.2020.

STV, Noite Informativa, 30 de Junho de 2020.

STV, Noite Informativa, 06 de Julho de 2020.

The Washington Post. South Korea closes schools again amid coronavirus spike, days after reopening. May 30.2020.

<https://www.washingtonpost.com/education/2020/05/30/south-korea-closes-schools-again-amid-covid-19-spike-days-after-reopening/> Acesso: 27.06.2020

The Straits Times. Japan faces second wave of infections in Tokyo and Fukuoka. June 2, 2020.

<https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/japan-faces-second-wave-of-infections-in-tokyo-and-fukuoka> Acesso: 27.06.2020.

TVM, Telejornal, 16 de Julho de 2020.

UNICEF, WHO e IFRC - Key Messages and Actions for COVID-19 Prevention and Control in Schools March 2020

<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/key-messages-and-actions-for-covid-19-prevention-and-control-in-schools-march-2020.pdf?e=1> Acesso: 22.0.2020.

Uol. Crianças transmitem pouco o novo coronavírus. Arnaud Fontanet, in Uol, 24 de Junho de 2020.

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/afp/2020/06/23/criancas-transmitem-pouco-o-novo-coronavirus-na-escola-aponta-estudo-frances.htm> via @UOL Acesso: 05.06.2020.

VOA News. South Africa Reopening of Schools Amid COVID-19 Outbreak.

By VOA News. June 09, 2020

<https://www.voanews.com/covid-19-pandemic/south-africa-reopening-schools-amid-covid-19-outbreak> Acesso: 22.06.2020